

Junho de 2013 a contrapelo

Controvérsias e insurgências de um Brasil não raso

June 2013 against the grain
Controversies and insurgencies of
a non-shallow Brazil

LUCCA AMARAL TORI*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.005>

Marcelo Camargo/ABr



Manifestação na avenida Paulista, em São Paulo, em 23 de junho 2013, quando é possível observar uma divisão entre os manifestantes: à esquerda, os militantes de partidos e entidades com suas grandes faixas e bandeiras; à direita, manifestantes sem filiação partidária, com seus cartazes escritos à mão

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.005>

RESUMO

O presente artigo propõe observar as Jornadas de Junho de 2013 a partir da ideia de “escovar a história a contrapelo”, elaborada por Walter Benjamin. Nesse sentido, a ideia é analisar o acontecido, dez anos depois, não em uma visão distanciada, buscando neutralidade, mas em uma perspectiva mais complexa, observando as controvérsias dos acontecimentos desde aquela época até o presente em seus delineamentos amplos e diversos, não se limitando a um só tipo de leitura da ação social. Assim, ao longo do artigo são apresentadas diferentes perspectivas sobre aquele momento histórico com o objetivo de não nos limitarmos ao reducionismo de análises necessariamente pessimistas ou otimistas. Por isso, analisar Junho de 2013 a contrapelo é um importante pontapé inicial para um posterior trabalho que se detenha na criação de um mapa de controvérsias de Junho e do pós-Junho de 2013 no Brasil, evidenciando assim a complexidade do fato.

Palavras-chave: Junho de 2013. História a contrapelo. Novíssimos movimentos sociais. Controvérsias. Complexidade.

ABSTRACT

The article aims to observe the June 2013 protests from the perspective of “brushing history against the grain”, as suggested by Walter Benjamin. In this sense, the idea is to analyze those events, ten years later, not from a distant and neutral standpoint, but from a more complex perspective, considering the controversies surrounding the events from that time until nowadays, in all their diverse and wide-ranging aspects, without limiting to a single interpretation of social action. Throughout the article, different perspectives on that historical moment are presented with the aim of avoiding the reductionism of necessarily pessimistic or optimistic analyses. Therefore, analyzing June 2013 against the grain is an important starting point for a subsequent work that will focus on creating a map of controversies of June and post-June 2013 in Brazil, thus highlighting the complexity of the events.

Keywords: June 2013. History against the grain. Newest social movements. Controversies. Complexity.

1. INTRODUÇÃO

Ao tratar do conceito de *história* a partir de algumas teses fundamentais, Walter Benjamin quebra algumas das principais marcas hegemônicas do que se tinha sobre “história” até então (BENJAMIN, 2012). Sabe-se, nessa perspectiva, que a história hegemônica, aquela que não quer tratar do materialismo histórico, trata os acontecimentos sob o viés dos vencedores (BENJAMIN, 2012). Tal história hegemônica tenta se passar por perspectiva distanciada. No entanto, esta não existe, na realidade essa história está baseada na barbárie, e a perspectiva do materialismo histórico, ao tentar resolver isso, deve, portanto, ter como tarefa “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 70).

Escovar a história a contrapelo é não ser levado pelo que parece, mas sim se aprofundar nos detalhes, nas complexidades e, por que não, em suas contradições. É não deixar, também, que só um tipo de história triunfe (LÖWY, 2012). De forma mais detida, Löwy afirma que “escovar a história a contrapelo” tem um significado duplo, histórico — “trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos” — e político (atual), que seria o do entendimento de que a redenção ou revolução não irá conforme o curso natural das coisas; a noção de um progresso inevitável é rebatida, por isso é necessário lutar contra a corrente da história hegemônica, pois, “deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão” (LÖWY, 2012, p. 74).

Portanto, pensar Junho de 2013 a contrapelo é não ser levado por um só tipo de análise, hegemônica ou limitadora. É poder observar seus detalhes, suas contradições, seus problemas, mas também as sublevações, a construção e reconstrução de movimentos oprimidos e opressores, com suas controvérsias e complexidades (LATOURET, 2012; MORIN, 2011). Desenvolver análises complexas é também ir contra a metodologia científica hegemônica e tradicional que por muito tempo evitou as “complicações” e “confusões” da realidade social, ou seja, evitou a complexidade das coisas (MORIN, 2011).

A tentativa de simplificar o entendimento das coisas, presente ainda no modelo hegemônico científico, acaba por trazer “mais cegueira do que elucidação” (MORIN, 2011, p. 5). Isso não significa que não exista a simplicidade, que esta não possa ser parte da realidade,

Pensar Junho de 2013 a contrapelo é não ser levado por um só tipo de análise, hegemônica ou limitadora. É poder observar seus detalhes, suas contradições, seus problemas, mas também as sublevações, a construção e reconstrução de movimentos oprimidos e opressores, com suas controvérsias e complexidades

o que não pode existir é o pensamento simplificador (MORIN, 2011). Assim como Morin (2011) vai contra essa ideia de totalidade simplificadora presente na ciência e na racionalidade moderna, Latour (2012) se volta contra essa “constituição moderna” que modela a ciência hegemônica e influencia também a chamada “sociologia do social”. Para uma sociologia mais aberta às controvérsias e aos detalhes, que não devem ser pulados na análise — para que de fato existam análises mais complexas —, Latour (2012) defende a “sociologia das associações”, que subentende a construção de um “mapa de controvérsias”, ao perceber a realidade sempre em movimento, e não estagnada.

Nesse mesmo sentido, não existe um movimento único, e não devemos ser levados pelas ideias de “sentido da história” ou “progresso inevitável” (LÖWY, 2012, p. 75), mas analisar a rede complexa de caminhos que os eventos suscitam, já que não necessariamente param de surtir efeitos. E a reapropriação de marcos e eventos históricos é também importante na defesa da interpretação da *história no sentido contrário*, método que Benjamin defende (LÖWY, 2012), podendo isso ser expandido para um melhor entendimento de 2013 quando se quer observar a história do Brasil ao revés.

A complexidade e as contradições de muitos movimentos sociais pelo mundo começaram a ter maior visibilidade no início da década de 2010, quando alguns movimentos sociais começaram a borbulhar de uma forma menos convencional do que até então ocorria. Com início na Tunísia, passando pelo Iêmen, Egito e Líbia, chegando até o Marrocos, esse grande número de movimentos sociais surgidos de baixo para cima e contrários aos então vigentes governos autoritários acabaram sendo conhecidos como parte da Primavera Árabe (CASTELLS, 2013). Por influência desses movimentos sociais, outros em diversos países pelo mundo também foram se organizando, como na Islândia, na Espanha, com os Indignados, e também nos Estados Unidos, com o chamado Occupy Wall Street.

Todos esses eventos aconteceram quase na mesma época e tinham como marca o poder descentralizado, as discussões feitas em assembleias, as ocupações de espaços públicos e, principalmente, o uso determinante das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a promoção de eventos nas redes sociais, grupos *on-line* e gravação de vídeos e fotos em tempo real para serem distribuídos pelas redes (CASTELLS, 2013; DI FELICE, 2017; GOHN, 2017), mas também os diversos e contraditórios caminhos que tais movimentos tomaram ao longo do tempo. Esses movimentos, que são menos institucionalizados e também menos engessados que os tradicionais, e que muitas vezes se aproximam do conceito de *coletivos*, Gohn (2017) chama de *novíssimos movimentos sociais*, que abarcam tanto movimentos de viés mais progressista quanto aqueles novos movimentos conservadores com táticas semelhantes.

Os movimentos que aconteceram no Brasil em 2013 também tiveram semelhanças com os citados, e o uso das tecnologias, principalmente as redes sociais, foi essencial para a formação da base e a posterior explosão do número de participantes ao longo das chamadas Jornadas de Junho (GOHN, 2017). Quando os movimentos de junho de 2013 ocorreram, pode-se dizer que acontecia o maior movimento de massas no país desde as “Diretas já” (NUNES, 2022). Começou-se a levar para as ruas muito descontentamento que a população no geral tinha com a classe política, e pode-se dizer que ocorreu uma revolta dos governados contra os governantes, nas palavras de Nunes (2022).

Posteriormente a esse grande movimento no país, começamos a ter muitas mudanças, tanto político-institucionais quanto dos movimentos sociais em si. Começaram os mo-



O filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1892-1940)

vimentos para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os de apoiadores da presidenta, mas também movimentos mais autônomos, como foi o caso das ocupações de escolas no estado de São Paulo no ano de 2015 e a força do movimento feminista pelo Brasil (ALONSO, 2017; GOHN, 2017; NOBRE, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; TORI, 2021).

Tais complexidades podem se relacionar com a visão de Avritzer (2019) de que a democracia no Brasil funciona como um pêndulo, às vezes pendendo mais para a democracia de fato participativa, e em outros momentos, para o autoritarismo. Isso vem ocorrendo ao longo da história, e recentemente a democracia brasileira estava novamente mais próxima deste último. O que não significa que existiam somente relações autoritárias no país ao longo dos últimos anos. Como Pinheiro-Machado (2019) observa, as complexidades das mobilizações mais recentes no Brasil foram o pontapé inicial tanto para as ocupações de escolas em São Paulo ou Porto Alegre como para as coalizões instantâneas de redes sociais conservadoras, e acabaram originando o Movimento Brasil Livre, mas também estimularam a esperança feminista, por exemplo, que chegou às ruas com ainda mais força.

Para Pinheiro-Machado (2019), existe uma tendência dos analistas de viés progressista muito focada na avaliação institucional sobre as mobilizações dos últimos anos no Brasil, tendo um juízo muito negativo sobre elas, inclusive as considerando como importante fator para a emergência do conservadorismo e autoritarismo que o país seguiu posteriormente (impeachment de Dilma e ascensão de Jair Bolsonaro a presidente em 2018). Nesse sentido, Pinheiro-Machado (2018) diz que tais analistas deixam quase de lado os novíssimos movimentos sociais, que são fundamentalmente antissistêmicos,

como a nova onda do feminismo que explodiu no Brasil no século XXI e as formas emergentes de luta anticapitalista, que se pautam pelas questões de raça, gênero e sexualidade e que o *mainstream* intelectual, majoritariamente composto por homens brancos, ainda se recusa a tratar com a devida importância (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 12).



Colégio de Samambaia, Brasília, ocupado por alunos em ato contra a reforma do ensino médio; onda de ocupação de escolas em 2015 mostrou o revigoreamento de entidades com tradição no movimento estudantil

De toda forma, a autora reconhece algumas dessas complexidades e por isso chama as mobilizações desde 2013 de “revoltas ambíguas” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Fernandes (2019) também reconhece que uma parcela importante da esquerda via Junho como apenas uma erupção reacionária, assim não vendo que se tratou de um evento de múltiplas dimensões e fortemente plural. Porém, Fernandes (2019) não deixa de afirmar que Junho foi sim um tanto controverso.

2. DOS MOVIMENTOS SOCIAIS TRADICIONAIS ÀS TRANSFORMAÇÕES PÓS-2013

Em uma perspectiva sociológica tradicional, pensa-se em movimentos sociais como ação coletiva (SCHERER-WARREN, 2014). Ao se falar dos novos movimentos sociais, ou até mesmo dos novíssimos movimentos (GOHN, 2014; 2017), lembra-se que não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, interesses imediatos de categorias ou grupos sociais, afirma Gohn (2014). Scherer-Warren (2014) ressalta que os movimentos, já na década de 1990, tinham de passar a entender as interconexões entre sentidos do local e do global, devendo acabar com o sectarismo restritivo comum a muitos dos movimentos sociais e aprender a se ramificar em diversas direções para juntar forças: “Trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos.” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 23) Gohn (2014) atesta que já na década de 1990 as análises sobre movimentos sociais começaram a ter por categorias básicas termos como *cidadania coletiva*, *exclusão social* e *globalização* ou *mundialização*.

Para Gohn (2014), no novo cenário deste milênio, as relações são feitas por diferentes sujeitos sociopolíticos. Hoje há uma ampliação da diversidade de sujeitos protagonistas,

além de mudanças nas formas de mobilização e de atuação (hoje em redes) e aumento de fronteiras nos conflitos e tensões sociais por conta de uma nova geopolítica a partir da globalização econômica e cultural cada vez mais presente (GOHN, 2014). Castells (2013) trata dos movimentos que se iniciaram no mundo árabe em redes sociais contra poderes ditatoriais locais (Primavera Árabe) e que depois se espalharam por diversos países pelo mundo, inclusive o Brasil em 2013. Segundo Castells (2013), esses atores se conectaram e conceberam projetos a partir de muitas fontes do ser, foram indivíduos que formaram redes, que se uniram, e essa união conseguiu superar o medo. Esses movimentos ignoravam os partidos políticos, desconfiavam da mídia, não reconheciam lideranças e rejeitavam a organização formal. Sendo assim, sustentavam-se pela internet e em assembleias locais para debates coletivos e tomada de decisões (CASTELLS, 2013).

Esses movimentos valorizam mais o processo do que o resultado: “É o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a criatividade das suas ações, que dão a eles o sabor e o sentido.” (ORTELLADO, 2013, p. 227). Para complementar isso, podemos dizer que existiu também um afeto radical e criatividade política ao longo dessas lutas (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Esses são os movimentos sociais em rede. Segundo Castells (2013), esses movimentos começaram em sociedades bastante coercitivas, porém, na percepção dele, onde há poder existe também o contrapoder, e, assim: “A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder.” (CASTELLS, 2013, p. 10) Além disso, a própria mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente normas de construção de significado e, assim, a produção de relações de poder (CASTELLS, 2013).

Para Manuel Castells, é por esse motivo que redes de comunicação são fonte determinante de construção de poder. Para os novos movimentos sociais em rede, há a necessidade de ir além das redes sociais e construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano: “É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos.” (CASTELLS, 2013, p. 15). Segundo o autor, os ocupam por três motivos: o primeiro é criar uma comunidade baseada na proximidade, tornando-a um instrumento psicológico fundamental para superar o medo; o segundo é que os espaços ocupados são geralmente locais de significado, com poderes simbólicos; e o terceiro é a construção de um espaço livre num espaço simbólico:

esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p. 16).

Como afirma Pinheiro-Machado (2019), a diferença de tais movimentos é que os protestos dos quais fazem parte não são necessariamente um meio para um fim, mas sim o próprio fim:

Ou seja, o mais importante era o fato de as pessoas estarem juntas e experimentarem um mundo novo. A natureza radicalmente democrática dos protestos seria uma antítese da natureza desagregadora do trabalho no neoliberalismo, em que o trabalhador muitas vezes tem uma rotina repetitiva, exaustiva e solitária (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 21).



Cena do documentário *Junho: o mês que abalou o Brasil* (2014), de João Wainer, mostra policiais militares formando uma barreira à frente de faixa do MPL (Movimento Passe Livre), impulsionador dos primeiros protestos de rua de 2013

E as ocupações foram um meio fundamental de criar senso no estar junto, uma forma de superar sentimentos individuais de medo, e assim praticar uma forma direta e evidente de luta pelo direito à cidade (CASTELLS, 2013; HARVEY, 2014; PINHEIRO-MACHADO, 2019; TORI, 2021).

Nesse contexto, no Brasil o ano de 2013 foi marcado pelos protestos de junho, iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e que depois tomaram proporções inimagináveis. Tal movimento negava a política partidária, mas não era por isso um movimento apolítico (GOHN, 2017). Esses protestos se deram contra o aumento do preço da passagem nos ônibus de São Paulo, e tinham suas características particulares, mas também se relacionavam com alguns dos pontos elencados por Castells (2013). De toda forma, como o próprio MPL (2013) reconhece, os movimentos daquele ano sempre foram mais amplos do que a luta pela diminuição do valor das passagens. Esse teria sido apenas o estopim para uma grande e ignorada dimensão subjetiva:

A revolta contra o aumento da passagem traduz naquele momento, em um só golpe, formas elementares de opressões e cercamentos da vida cotidiana [de] que já não nos dávamos conta: mobilidade, acesso à cidade, a necessidade de ocupar as ruas, de nos afetar com os encontros, de exigirmos uma distribuição radical das terras latifundiárias da política (MORAES et al., 2014).

É importante lembrar que o MPL (apartidário, mas não antipartidário) vinha desde 2003, ainda que não atuando como movimento formalmente, fazendo importantes manifestações e ações, como a Revolta do Buzu, em Salvador, na Bahia (POMAR, 2013). Importante também ressaltar o papel do Fórum Social Mundial de 2005 para a formação de fato do MPL, que tem como princípios “a autonomia, a independência, a horizontalidade e o apartidarismo” (POMAR, 2013, p. 12). Além disso, esses novos movimentos: “Articulam-se

De um lado estavam manifestantes com grandes faixas e bandeiras vermelhas, e do outro, jovens carregando cartazes escritos à mão, demonstrando um importante contraste

em rede, em relações de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda.” (POMAR, 2013, p. 15). Os princípios dos novos movimentos se relacionam fortemente com os identificados anteriormente por Castells (2013) nos outros movimentos ao redor do mundo.

Para Halbritter e D’Ávila Neto (2015), todos esses novos movimentos abordados, incluindo os de junho de 2013 no Brasil, têm uma dinâmica semelhante ao usarem a internet — mais especificamente as redes sociais como o Facebook — para divulgação de conteúdos e convites para participação, e assim

os autores ponderam que a globalização pode servir para a ampliação do capitalismo global, mas também pode ajudar na mobilização popular em âmbito global (HALBRITTER; D’ÁVILA NETO, 2015).

Os protestos de 2013, como se sabe, iniciaram-se com o MPL e a pauta da diminuição das passagens de ônibus em São Paulo, e tinham em suas primeiras manifestações cerca de 2 mil pessoas, até que em seu quarto ato, dia 13 de junho — ainda com mais ou menos aquele mesmo número de participantes —, houve o episódio do massacre da Polícia Militar contra manifestantes e também jornalistas, como lembra Secco (2013), e após isso deu-se a explosão de participação em todo o Brasil, chegando em São Paulo a haver cerca de 250 mil pessoas nas ruas. Para Moraes et al. (2014), o dia 13 foi o ponto de virada das manifestações. Porém, nota Secco (2013), pelo fato de a violência ter atingido diretamente jornalistas, estes tiveram de apoiar o movimento, mas fizeram isso a partir de sua própria pauta, “por isso, o decisivo não foi a violência, tão natural contra os trabalhadores organizados, e sim sua *apropriação* pela imprensa” (SECCO, 2013, p. 74).

Para Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo no período das revoltas, grupos como o MPL eram influenciados por uma esquerda antiestatal, ou então “neoanarquista charmosa” (HADDAD, 2017), e, diferentemente de outros movimentos sociais (como MST, MTST ou CUT), não procuravam negociação com as instituições, e assim esses tipos de protesto ocorriam de forma totalmente nova e iam ganhando força pelo mundo. Porém, Haddad complementa que, ao ser traduzida para as condições brasileiras, tal novidade trouxe um curto-circuito, e, assim,

a forma dos protestos, muito mais do que o conteúdo de suas reivindicações, oferecia uma chave de contestação que se prestava à defesa de tantas outras bandeiras. Logo ficou claro que ela, a forma, poderia ser sequestrada e servir de embalagem para uma miríade de novas demandas. E a panela de pressão de que falávamos pareceu ter encontrado a válvula para dar vazão à energia que havia se acumulado por anos (HADDAD, 2017, p. 12).

A partir disso, o que foi sendo visto ao longo dos protestos de junho de 2013 foram disputas de cartazes vindas da heterogeneidade dos ocupantes das ruas e uma guerra de interpretações e de vozes rebeldes (ROLNIK, 2013). Segundo Rolnik (2013), tivemos uma “fagulha”, que foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos feita pelo MPL — uma questão de direito à cidade —, e essa “fagulha acabou incendiando uma pradaria” (nos dizeres de Mao Zedong) com os movimentos posteriores, que foram para além do tema inicial e se espalharam pelo Brasil. Para Avritzer (2019), é em junho de 2013 que o Brasil começa a viver uma crise de grandes proporções, o que fez os brasileiros — de forma geral — perderem a confiança no sistema político do país, e foi aquele o estopim para o pêndulo se direcionar para o autoritarismo dos anos subsequentes. Para Rodrigo Nunes, aquela explosão de revolta, que tinha muitas potencialidades para pressões e grandes transformações na política nacional, acabou tomando caminhos inusitados, “desaguando na formação de uma base social ativamente mobilizada em favor de medidas que reduzem direitos, eliminam pesos e contrapesos e afastam ainda mais a possibilidade de controle social sobre o Estado” (NUNES, 2022, p. 129).

André Singer, em artigo publicado ainda em 2013, já constatava algumas complexidades sobre os participantes de Junho, que podiam ser a relação de uma classe média tradicional inconformada com diversos caminhos que a realidade nacional seguia e também a presença de um segmento da população denominado “novo proletariado”, que eram trabalhadores informais, em grande medida jovens (SINGER, 2013). De forma ainda mais intensa, segundo Singer (2013), os manifestantes de 2013 eram socialmente heterogêneos e participavam de acontecimentos e propostas de fato multifacetadas e de tendências ideológicas as mais diversas, “desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de ‘Jornadas de Junho’, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente.” (SINGER, 2013, p. 32)

Toda essa complexidade das mobilizações de 2013 era passível de ser percebida a partir da segunda parte dos movimentos, quando de fato aumentou o número de participantes nas ruas. Em um ensaio sobre as imagens de tais manifestações, Parra (2020) demonstra como existiu de fato, na perspectiva de Jacques Rancière, uma partilha do sensível em movimento em um dos centros das manifestações, a avenida Paulista, onde de um lado estavam manifestantes com grandes faixas e bandeiras vermelhas, e do outro, jovens carregando cartazes escritos à mão, demonstrando um importante contraste. Para o autor:

A proliferação de formas discursivas e de reivindicações sobre problemas vividos pode ser contrastada com formas que concentram e dão unidade ao protesto. Humor, ironia, raiva e declarações objetivas compõem um repertório diverso de formas expressivas e manifestam alternativamente diferentes concepções sobre os modos de agir político (PARRA, 2020, p. 284).

Em sua perspectiva bastante pessimista sobre 2013, e crítica ao MPL, Haddad (2017) considera que após o crescimento vertiginoso das manifestações, o MPL se retirou das ruas, assim como outros movimentos e partidos de esquerda que as frequentavam até então, e o “sequestro” do movimento de fato se consumou pelas mãos de grupos mais à direita e movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua (VPR) e o Revoltados Online. Tal caldo foi se adensando tanto que, para Haddad (2017), o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 não teria ocorrido se não fosse Junho de 2013.

R. M'Timet/Facebook



Fotomontagem
retrata a
Primavera
Árabe

O próprio Nunes (2022) acredita que não há como compreender efetivamente o crescimento de Bolsonaro até sua elevação ao poder sem 2013, mas reconhece que esse não é um acontecimento linear nem único, que Junho foi um acontecimento complexo e que deu a possibilidade para uma diversidade de caminhos diferentes no campo político. Pinheiro-Machado (2019), que também tenta observar os movimentos daquele período de forma mais complexa, dando bastante visibilidade para as potencialidades positivas que eles trouxeram, reconhece, no entanto, que a direita soube canalizar melhor tais revoltas do que a esquerda, e vê como possível explicação para isso o fato de a direita chegar a tal disputa com um arsenal financeiro e tecnológico muitas vezes superior ao dos grupos à esquerda, “como a máquina de *fake news* da Cambridge Analytica, empresa de Steve Bannon que desempenhou um papel decisivo no Brexit, na Inglaterra, e na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 24).

Raquel Rolnik afirma que tais manifestações foram como um terremoto que perturbou de fato a ordem “de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (ROLNIK, 2013, p. 8), demonstrando, portanto, a complexidade do momento, que para Avritzer (2019) seria o momento da passagem do pêndulo da democracia para o autoritarismo. Para Singer (2013), os questionamentos de 2013 — de forma geral — não chegaram a questionar de fato a ordem, ou seja, a relação de classes, mas sim questionamentos difusos. Porém, de fato, a dimensão e a força do movimento teriam conseguido abalar fundamentos da sociedade, e a partir daquilo se poderia perder o controle sobre ele (SINGER, 2013), o que em certa medida ocorreu. Para Secco (2013), de forma geral as revoltas que foram surgindo naquele período em países de industrialização periférica, como era o caso do Brasil, mas também do sul da Europa, da Turquia e das nações afetadas pela Primavera Árabe, tiveram a potencialidade revolucionária de seus atos podendo ser facilmente cooptada.

No caso do MPL e de outros movimentos progressistas, como o das ocupações das escolas, muitos desses atores se mantiveram na luta autônoma, com criação de novos coletivos

E, assim como nos movimentos identificados por Castells (2013), a ocupação do espaço urbano também passou a ser um objetivo e um método que determinavam diretamente os fluxos e usos da cidade (ROLNIK, 2013). Essas ações também foram influenciadas pela autogestão e a ação direta (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019). As redes sociais digitais (Twitter, Facebook etc.) foram essenciais para esses jovens atores, mas mesmo assim continuavam insuficientes em relação ao poder das formas tradicionais de comunicação, por isso eram fortes entre os ativistas as críticas diretas às grandes redes de TV e à imprensa (ROLNIK, 2013). Mas, assim como Castells (2013) observa, no caso das manifestações de junho também é possível perceber que as redes de comunicação foram fonte decisiva na construção de poder, inclusive trazendo o contrapoder para os espaços públicos.

Num contexto em que as mobilizações sociais se intensificaram cada vez mais a partir dos movimentos de junho de 2013 no Brasil, principalmente os movimentos assumidos como horizontalizados, apartidários (mas não apolíticos, em sua maioria), e com o uso das TICs, das redes sociais, dispositivos móveis, entre outras formas de comunicação em rede, surge a movimentação dos secundaristas do estado de São Paulo (novembro de 2015) contra a reestruturação imposta pelo governador do estado, conseguindo, em pouco tempo, atingir mais de 230 escolas pelo estado, organizando-se horizontalmente e lutando contra poderosas forças contrárias (Polícia Militar, Poder Judiciário etc.) (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019; TORI, 2021).

Para Januário et al. (2016), o movimento dos secundaristas pode ser visto como uma continuidade de um dos segmentos de 2013. Segundo um dos estudantes que participaram das ocupações em 2015, entrevistado por mim, a iniciação política dele tinha sido em 2013, e para ele as ocupações eram um resultado de 2013 (TORI, 2021). Importante também ressaltar que o movimento, de forma geral, desprezava a mediação de partidos políticos e pode ser considerado o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013:

A luta dos secundaristas é herdeira de Junho num outro sentido. As manifestações de 2013 tiveram basicamente dois tipos de reivindicações: uma crítica de representação, decorrente da crise de legitimidade do sistema político, e a defesa dos direitos sociais, principalmente educação, saúde e transporte. [...] Os secundaristas conseguiram, pelo caráter social da sua reivindicação e pelo caráter radicalmente democrático da sua organização, reunir as duas metades de Junho (ORTELLADO, 2016, p. 15).

Movimentos conservadores que surgiram no pós-2013 com métodos condizentes com a conceituação dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017), como foi o caso do VPR e MBL — ou dos “patriotas” de forma geral, como indica Alonso (2017), que de fato re-



Kim Kataguiri, do MBL, discursa durante manifestação pelo impeachment de Dilma em 2016 na avenida Paulista, São Paulo (SP)

tomaram as ruas a partir de 2015 para lutar pelo impeachment de Dilma Rousseff (ALONSO, 2017; GOHN, 2017) —, também se julgavam apartidários, e inclusive contra “todos que estão aí”, mas rapidamente se ajeitaram no jogo institucional, em partidos tradicionais, participando de eleições e as ganhando (GOHN, 2017). No caso do MPL e de outros movimentos progressistas, como o das ocupações das escolas, muitos desses atores se mantiveram na luta autônoma, com criação de novos coletivos, mesmo que alguns outros (em menor medida) possam ter entrado na política institucional também.

A direita conseguiu direcionar as mobilizações para a luta contra a corrupção, uma temática que atinge facilmente qualquer classe social, porém conseguiu relacionar isso com uma luta de direita (SINGER, 2013). E, para Fernandes (2019), diante da complexidade da conjuntura de 2013, uma parte importante dos movimentos e partidos de esquerda subestimaram o chamado “antipetismo”, que a direita tentava igualar a “anticorrupção”.

Mais recentemente, com marco inicial em 2013, o Brasil passou por manifestações e movimentos sociais muito menos associados às questões tradicionais de uma sociedade do trabalho do século XX, expressas em manifestações partidárias e com a força de sindicatos, para movimentos mais identitários ou com uma complexidade maior de indignações (GOHN, 2017). Tais manifestações são muito mais próximas dos movimentos em escala internacional apontados por Castells (2013). No Brasil é possível chamar tal momento de “a novidade de 2013”, segundo Alonso (2017). Esses movimentos, que se organizavam muitas vezes em coletivos, tentavam organizar outras formas de fazer política, com base em um modelo mais dinâmico, participativo e horizontal (GOHN, 2017), um formato essencialmente mais democrático, compatível com uma noção de democracia mais radical, mas não necessariamente mais fácil, e possivelmente apropriável por outras tendências políticas — movimentos como o VPR e o MBL, por exemplo, surgiram apropriando-se de boa parte de tais práticas (GOHN, 2017). Por isso, o pós-2013 precisa ser visto com suas complexidades e controvérsias (LATOUR, 2012; MORIN, 2011), contra a onda hegemônica e, portanto, a contrapelo (BENJAMIN, 2012).

A direita conseguiu direcionar as mobilizações para a luta contra a corrupção, uma temática que atinge facilmente qualquer classe social

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, desde o início da década passada até o momento atual, movimentos sociais no mundo têm tido muitas relações e ações semelhantes, mesmo que para necessidades muito distintas. Além disso, em comparação com os movimentos progressos, têm características mais autonomistas, horizontais, reticulares e altamente relacionadas com as novas tecnologias (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014). No caso brasileiro, as Jornadas de Junho de 2013 deram o pontapé inicial para esse tipo de movimento, que foi seguindo muitos tipos de caminhos (bastante contraditórios e complexos). Sendo assim, diferentes perspectivas foram sendo detectadas pelos estudiosos da política nacional e dos movimentos sociais em específico.

A visão de Avritzer (2019), por exemplo, é muito mais pessimista sobre o papel de 2013 para a política nacional, pois ele julga ter sido esse o estopim para o pêndulo democrático ficar mais próximo do autoritarismo, ou da regressão democrática dos anos posteriores, não se aprofundando, porém, em maiores complexidades daquele movimento e movimentos posteriores. O autor demonstra que de fato o apoio às forças conservadoras tinha sido subestimado e foi aumentando de forma importante (AVRITZER, 2019), o que demonstra que a direita soube de fato se aproveitar das ferramentas e formas vindas de 2013. Para Singer (2013), a forma de luta do MPL, de não hierarquização das mobilizações, acabou se abrindo para visões ideológicas muito distintas das daquele grupo, e dessa forma as tendências de centro e de direita de fato pegaram carona na corrente trazida pelo que o autor chama de “nova esquerda”, porém “os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo” (SINGER, 2013, p. 33-34).

Como bem observado por Gohn: “As manifestações no Brasil a partir de 2013 construíram significados novos às [sic] lutas sociais. Elas afetaram o campo da política e a correlação de forças político-partidárias foi tensionada.” (GOHN, 2017, p. 77) E nada disso é necessariamente positivo ou negativo, mas sim complexo e cheio de contradições, como qualquer relação social. Existem processos de subjetivação da construção dos sujeitos em ação que criam uma composição muito complexa e diversificada dos atores presentes nos movimentos pós-2013 (GOHN, 2017). Para Fernandes (2019), a conjuntura de 2013 tem *complexa* como seu adjetivo definidor, porém o substantivo definidor seria *crise*; tal crise seria mais precisamente a crise de representação, mas também uma crise de práxis de uma esquerda que não conseguiu se organizar diante da complexidade de 2013. Para Alonso (2017),

foi de fato uma crise política, porém com três ciclos de confronto: o próprio Junho de 2013, o “ciclo patriota” e posteriormente o impeachment de Dilma, já em 2016.

Uma questão fundamental que aparece também em 2013, independentemente dos caminhos seguidos, é a posição “contra esse modelo baseado em estruturas verticais e centralizadas, [segundo o qual] movimentos como Occupy e outros propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais” (ROLNIK, 2013, p. 12). Independentemente do que se possa concluir de Junho de 2013, pode-se dizer que a estabilidade política que havia até então chegou ao fim (TIBLE, 2018).

Considerando o caldo complexo de Junho de 2013 para a política nacional, é preciso observar sua história de uma forma também mais complexa, e a história a contrapelo (BENJAMIN, 2012) é uma forma de ver a história em seu processo, contra a onda da perspectiva hegemônica. Assim, interpretar Junho a contrapelo pode ser:

Pensar um Junho que está sendo; pensar um, dois, três anos de Junho, de estar em Junho — e não apenas o que se passou desde junho — faz parte de uma visão política ampla que resiste em [sic] decretar o fracasso dos acontecimentos que atualizam a História, que resiste a negar a potência da ação coletiva no imaginário político, apenas pela falta de institucionalização da revolta (MORAES et al., 2014, p. 15).

Ou seja, ir contra também um *mainstream* intelectual que nega as potencialidades daquele período (PINHEIRO-MACHADO, 2019). A própria vivência em ocupações e no cotidiano delas, o seu processo, já era uma experiência democrática e política essencial, era uma forma de contemplar a pluralidade e diversidade e a possibilidade de uma experiência comunitária, que foi tomando força nacionalmente desde 2013 (ORTELLADO, 2013).

Nesse sentido, torna-se essencial ver a situação pelas frestas, pois, como Moraes et al. (2014) lembram, “foi nas beiradas, na espontaneidade, nas laterais dos protestos iniciais e em alguns desdobramentos onde o ‘Brasil gambiarra’, híbrido e informal, alegre e transversal, manifestou que ainda existe ou que existirá” (MORAES et al., 2014, p. 15). Junho, portanto, não pode ser visto como uma “metanarrativa rígida e categórica” (MORAES et al., 2014, p. 16), tais movimentos são complexos e de nenhuma forma podem ser vistos como uma linearidade (FERNANDES, 2019; NUNES, 2022; PINHEIRO-MACHADO, 2019). De forma otimista, Ortellado (2013) afirma que 2013 trouxe com maior intensidade a estratégia da ação autônoma, que não foi somente um novo paradigma nas lutas sociais brasileiras, “mas um modelo de ação que combina a política horizontalizada e contracultural dos novos mo-

O pós-2013 precisa ser visto com suas complexidades e controvérsias contra a onda hegemônica e, portanto, a contrapelo

Por isso a necessidade de observar tais movimentos em uma cartografia que vá além de espaços e tempos, que agregue também os desejos mais contraditórios existentes e que inclua as confusões e as controvérsias, não as retirando das análises

vimentos com um maduro sentido de estratégia” (ORTELLADO, 2013, p. 237), tendo como exemplos importantes disso, em São Paulo, a revogação do aumento das passagens em 2013 e também a revogação do projeto de reestruturação das escolas no ano de 2015.

Existem, de fato, contradições no caldo complexo que esses tipos de movimento fazem em seus países e em 2013 em específico, existem controvérsias e complexidades, por isso a necessidade de observar tais movimentos em uma cartografia que vá além de espaços e tempos, que agregue também os desejos mais contraditórios existentes (MORAES et al., 2014) e que inclua as confusões e as controvérsias, não as retirando das análises (MORIN, 2011; LATOUR, 2012), podendo-se utilizar, portanto, a construção de um mapa de controvérsias (LATOUR, 2012). Nesse sentido, este artigo serve como um convite à reflexão e um pontapé inicial para próximos trabalhos que possam analisar 2013 através de suas complexidades, controvérsias e contradições em uma perspectiva do pensamento complexo (MORIN, 2011), complementado pela construção de um mapa de controvérsias (LATOUR, 2012), já que de fato 2013 “está sendo” (MORAES et al., 2014; NOBRE, 2018; TIBLE, 2018).

Ou então Junho de 2013 não aconteceu, como afirma Nunes (2022) ao se apropriar da perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari quando escreveram um texto sobre a especulação de Maio de 1968 não ter acontecido, mas o que queriam dizer era que sim, Maio de 1968 acontecera, mas não teve lugar. Nunes afirma que a transformação que tal acontecimento tornaria possível acabou não conseguindo se inscrever na realidade, ou então, se se inscreveu, foi de forma incompleta, distorcida, indo até mesmo contra ela própria. Nessa perspectiva, “é perfeitamente razoável que possamos ao mesmo tempo reconhecer o relativo fracasso de acontecimentos como Maio de 1968 ou Junho de 2013 e fazer justiça a sua importância” (NUNES, 2022, p. 130), ou seja, não romantizando essa situação, apenas complexificando o seu potencial, que não deve se esgotar nos seus desdobramentos poste-



Movimentos que defendem bandeiras de gênero e sexualidade, como o movimento feminista, ganharam impulso nas ruas após 2013

riores (NUNES, 2022). De toda forma, como Slavoj Žižek já afirmava em artigo lá em 2013, diante de tais controvérsias e complexidades, “talvez o próprio futuro dos protestos em curso dependa da capacidade de se organizar essa solidariedade global. Está claro que não vivemos no melhor mundo possível. Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas.” (ŽIŽEK, 2013, p. 108)

* Doutorando em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e bolsista Capes. Mestre pelo programa “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades”, do Centro Diversitas (FFLCH-USP). Bacharel em Ciências e Humanidades e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). *E-mail*: lucca.tori@usp.br

► Texto recebido em 30 de março de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, ed. esp., p. 49-58, jun. 2017.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história (1940). In: LÖWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 33-146.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo**: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Comunicação.)

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. **Piauí**, São Paulo, ed. 129, jun. 2017.

HALBRITTER, Luciana de Oliveira Leal; D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. Mobilização para além das fronteiras: semelhanças transnacionais dos movimentos sociais de origem virtual pelo mundo. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 353-360, set.-dez. 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações das escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, São Paulo, v. 9, p. 1-26, 2016.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

MORAES, Alana et al. Introdução. In: _____ (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 9-22.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MPL — MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-18.

NOBRE, Marcos. Junho, ano V: as eleições, o sistema político e a negação da realidade. **Piauí**, São Paulo, ed. 141, jun. 2018.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **20 centavos**: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.

ORTELLADO, Pablo. Prefácio: a primeira flor de junho. In: CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto. **Escolas de luta**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna.) p. 12-16.

PARRA, Henrique Z. M. Artefatos visuais em manifestações políticas: um ensaio sobre mutações nos modos de subjetivação e ação política entre 2013 e 2018. **GIS: Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 282-299, ago. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2019.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **20 centavos**: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013. p. 8-21.

ROLNIK, Raquel. Apresentação — As vozes das ruas: revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 7-12.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo Boitempo, 2013. P. 71-78.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

TIBLE, Jean. A esquerda dividida por Junho de 2013 e a possibilidade de construir novas conexões. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin. **IHU On-Line**, 27 jun. 2018. Disponível em: < <https://ury1.com/lhr6k> >. Acesso em: 14 jul. 2023.

TORI, Lucca Amaral. **Ocupações, o uso de tecnologias de informação e comunicação e a construção de redes no movimento secundarista de São Paulo em 2015**. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 101-108.